

Um apólogo machadiano sobre os bastidores dos bailes imperiais: um sentido sociopolítico velado

Maria Isadora da Silva Melo
Graduanda em História, UFAL
meloisadora12@gmail.com

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar como uma das práticas socioculturais do Brasil oitocentista – o baile –, entendido como expressão de arte na sua estética e movimento, pode, através do conceito de representação por Roger Chartier, tornar-se um ponto de partida para a discussão de alguns dos entraves do período. O Brasil que neste século vislumbrou episódios de transição política e administrativa, querelas sociais e econômicas, encontrou nos salões um lugar propício com pessoas importantes da alta sociedade, predispostas a debaterem sobre as conjunturas do país. Todavia, não é menos importante pensarmos nos bastidores destes bailes. Em **Um Apólogo** (1885), Machado de Assis traz sua percepção disso. E, antes do dia da baronesa acompanhar o seu marido ao esperado baile, ela solicita uma modista cujo trabalho é necessário e existencial ao momento. Afinal, alguém precisava coser o vestido.

PALAVRAS-CHAVE: Apólogo, monarquia, sociedade, política.

Argumentação do ofício

Tomou como ponto de partida as discussões acerca do fazer historiográfico, desde que entendi a importância que há em se debruçar sobre a arte da reflexão das conjunturas, das mudanças e das necessidades que permeiam o ofício do historiador e, que não deixam de ser preponderantes para a perpetuação da respectiva ciência. Ao ler Prost (1996), notei que algumas de suas inquietações sobre o ofício do historiador não estavam limitadas apenas a uma obsessão em continuar provando ou simplesmente apresentando argumentos que testifiquem a cientificidade do seu ofício, mas, perceber que esclarecer pontos instigantes à própria existência da ciência histórica pode promover ao historiador, seja ele ainda em formação ou com anos de experiência, revisar seus conceitos enquanto artesão e escritor da sua própria história.

Segundo Prost, quando na França ainda nos anos finais do século XIX, muitos historiadores pouco se importavam em estudar ou se aprofundar em técnicas de cunho epistemológico e de caráter questionador e explicativo das nuances da ciência histórica, e, na intimidade desta ciência aqueles não imaginavam que gerações depois viriam contrastar tal

tradição ou proposta que era entendida com temor, pois julgavam que “a elaboração de uma reflexão sistemática sobre sua disciplina era algo de pretensioso e perigoso”, tendo em vista a abertura para as possíveis críticas, além da crença na perda de tempo ao seu trabalho. Não obstante, tal trabalho de reflexão ficava a cargo de outros profissionais, tais quais, os filósofos. Portanto, a história da História testifica assim que tudo o quanto é produzido pelo homem, seja arte ou ciência, aquela não esteve ausente de sofrer as influências das necessidades sociais e humanísticas de cada época. Até a sua imanência fora questionada e assim, os anos da *Belle Époque* também viram “alterar a conjuntura do fazer História” (PROST, 2008).

À parte das discussões, como argumentação do trabalho deste profissional que depende bem mais que de apenas acervos documentais, compreender suas relações e suas formas de existência predispõe de uma busca pelo conhecimento do que torna indispensável o seu ofício. Todavia, não se trata apenas de fomentar uma predisposição para pensar a importância da História, mas, saber se o historiador sabe o que está fazendo. E, trago como bagagem à elaboração deste trabalho a minha leitura do conto **Um Apólogo**, escrito por Machado de Assis nos finais do século XIX, na cidade carioca – informações estas que já dizem muito - percepções e questionamentos que muito exprimem minha inquietação enquanto leitora crítica da literatura machadiana a partir de uma formação nos moldes de uma historiografia um tanto francesa.

Ter encontrado na fonte literária uma porta de possibilidades para as minhas inquietações me proporcionou ir além do domínio da questão teórica no fazer historiográfico. Pude me tornar participante de uma reflexão que tanto suscitou debates sobre uma das características importantes do corpus da ciência Histórica – a narrativa. Me predispus antes mesmo que os debates girassem em torno da ideia de a História ser ficção ou narrativas fidedignas dos fatos e eventos que aconteceram, entender que a narrativa em si é um objeto de estudo da própria ciência histórica. Destarte, parto da ideia de que mesmo a ficção não deixa de apresentar indícios do real, encontrando em Machado de Assis e em suas obras, um olhar de historiador, graças a um dos instrumentos de análise que tomei emprestado das ciências sociais, a representação.

Ficção ou realidade? Por que não representação?

O século passado presenciou a História recebendo as principais críticas acerca da sua notoriedade científica ao que conferia sua influência e existência num período turbulento de guerras e paradoxos de desenvolvimento político, econômico e social e a busca pela felicidade

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

e a paz. O tempo e o homem que controla este com seus costumes e suas práticas em sociedade, estas compreendidas, com relevância, como fatores essenciais para uma outra postura do historiador frente à uma outra forma de ler a história e de fazer história. Considerar a realidade e os acontecimentos como forma sistemática de uma percepção simbólica era algo caro para esta ciência que por muito tempo lutou pela verdade dos acontecimentos, pela clareza dos discursos, pela apresentação fidedigna dos fatos graças aos documentos escritos, pela evolução do homem político.

E por que não representação, se torna uma pergunta audaciosa para pensar este trabalho. Desde que entendo o parâmetro do conceito de representação defendido por CHARTIER (2002) de que o próprio uso desse instrumento de análise quando adquirido como ferramenta emprestada para o historiador, sua postura profissional aponta uma necessidade de percepção do real de uma forma que não mais apenas teórica, mas, ontológica, ou seja, o que ela é em si mesma que a torna indispensável para o historiador em sua própria finalidade. Faço uma síntese de minha compreensão acerca de uma outra fase que compõe a trajetória da existência dessa ciência, uma fase mais flexível com abertura para outros sujeitos e personagens, para outras ideias e pragmatismos, para outros objetos, senão estes uma amplitude dos questionamentos de outrora.

A Nova História Cultural que PESAVENTO (2008) insiste em pronunciar ao destacar o quanto fora necessária uma “grande virada na história” ao perceber que as suas bases de emancipação precisavam ser revisadas pois, o que o homem em sociedade, produz no espaço e no tempo, torna-o diferente a cada dia, criador de seus próprios critérios de sobrevivência e desenvolvimento. E, em pleno século XX, uma nova era tomava de conta da História, a era dos sentimentos e das motivações, exigindo espaço nas observações do profissional que se diz habilitado para conferir-lhes explicações e compreensão da sua realidade (PESAVENTO, 2008).

Destarte, este trabalho é fruto de uma iniciativa que entende que a “História também é uma prática social” (PROST, 1996) de modo a pensar que os significados atribuídos aos sujeitos e as suas práticas determinadas em detrimento de suas épocas e realidades, quando estudados e analisados pelo historiador dentro de uma perspectiva de complexidade de quem produz o sentido e para quem é produzido em uma dada sociedade, permite-nos pensar a importância do ofício daquele quando seu ápice é a compreensão. Portanto, segundo CHARTIER (2012),

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (p.16-17).

Assim, para a realização deste trabalho, parto da premissa de que Machado de Assis escreveu sobre suas vivências e compreensão da sua realidade – sua escrita é um paralelo com a narrativa oitocentista das esferas sociais do Brasil imperial, inclusive sua caracterização no movimento artístico e literário do realismo -, e, dentre as discussões aqui já pronunciadas em torno do ofício do historiador ao longo do tempo e da própria experiência da ciência histórica, as práticas e os costumes tornam-se parte de uma ótica que me permite enxergar o baile como uma parte da cultura expressa pelo movimento e pelas ideias cujo caráter um tanto social, delinea sua época e conferi-lhe particularidade ao fenômeno da festa. A festa carioca à moda europeia.

O salão imperial, um dos cenários da narrativa em Um Apólogo

A partir do meado do século XIX, a ideia de se divertir fora de casa e fora do trabalho ganhou novos contornos. Sem dúvida prosseguiram as festas do calendário religioso ou agrícola, com momentos de procissões, música, animação e mesmo descontração excessiva. Mas essa foi a época dos bailes. [...] O objetivo? Ver e ser visto (PRIORE, 2016. p.251).

Um apólogo e uma finalidade. Personagens inanimados e alguns cenários. Perguntas, respostas e silêncios proferidos com intenções. Uma dada realidade sendo contada através da criatividade proposta pela narrativa fictícia. Assim se constrói uma lição de moral apresentada em forma de conto. Machado de Assis deu vida à uma agulha, a um novelo de linha, a um alfinete, e, com toda uma representação são apresentadas personagens que muito se referem ao enredo, mesmo ainda que dos holofotes estejam elas distantes - me refiro a mucama, a costureira e inclusive àquela que o próprio Machado se preocupa em informar antes do alcance da finalidade da estória. E em meio a um debate caloroso iniciado pelas furadas da agulha no novelo de linha, Machado deixa às claras ao dizer “Estavam nisto, quando a costureira chegou à casa da baronesa. Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa...” (p. 15).

E teríamos um lugar melhor para conhecer um pouco dos bastidores das festas e bailes imperiais que a casa de uma baronesa? ou melhor, da saleta de costura da casa de uma baronesa?

Ao ler o trabalho de Wanderley Pinho (1959), as narrativas que ali se encontram sobre as festas e os bailes que a alta classe carioca passou a dar e que marcaram a experiência com o contato que a sociedade abastada passou a ter com a cultura da corte e da família real portuguesa quando aqui chegaram, permite entender o objetivo que PRIORE (2016) afirmou quando disse que ver e ser visto estaria muito além da questão estética e de movimento. Não se diz respeito, apenas, da prática social da dança, do bailar. E, citando o trabalho da historiadora Ana Carolina Soares, PRIORE (2016) aponta que

Era esse um momento de deslumbramento da sociedade com as novas possibilidades de atividades sociais e culturais. As pessoas passavam a ocupar espaços públicos, quando outrora viviam no espaço privado. Essa chamada “boa sociedade” constituía-se num círculo restrito com sutis gradações em seu interior, mesclando diferentes poderes. Inúmeras vezes um encontro social ocorria apenas para fortalecer alianças político-econômicas e culturais (p. 254).

Assim percebo na narrativa de **O Apólogo**, que a questão última da conversa entre a agulha e a linha se refere a este ideal – ver e ser visto. E é a partir desta percepção que me proponho a uma postura de análise das relações apresentadas no conto. Diferentemente, por exemplo, do trabalho produzido por David Bruno Narciso [s.d], que apresenta em sua análise do conto, em sua interpretação, uma versão crítica acerca da transformação econômica e social, de uma produção cuja relação se apoia num tipo de troca de favores em que o objeto de valor apresentado representa as bases do modo de produção capitalista.

Consegui encontrar dois temas nesse texto: um primeiro se refere a Classe Operária que realiza a produção, mas por não possuir os meios de produção não possui pra si o produto realizado. A Classe Operária não tem a propriedade privada dos meios de produção, dessa forma são obrigados a vender a sua força de trabalho. Ficam com o reconhecimento da obra quem não produziu, mas o Estado e as Instituições legitimam seu lucro. O motor da história é a luta de classes e nesse texto está explícito o conflito entre classes sociais e suas respectivas explorações. Podemos ver a exploração do trabalho da Agulha pela Linha e do trabalho da Costureira pela Baronesa (p. 3).

Sendo a relação de interesses compreendida, aqui, como um sinônimo desse fenômeno de exploração e luta de classes que NARCISO [s.d] apresenta, me questiono acerca do ideal e

do objetivo que está em debate na conversa entre a agulha e a linha quando esta questiona àquela na noite do baile, logo após os últimos ajustes que a costureira conclui no vestido:

- Ora, agora, diga-me, quem é que vai ao baile, no corpo da baronesa, fazendo parte do vestido e da elegância e ter a oportunidade de dançar com ministros e diplomatas, enquanto você volta para a caixinha da costureira, antes de ir para o balaio das mucamas? Vamos, diga lá (ASSIS, 2003. p. 18).

No limiar, até chegarmos numa compreensão da moral da história, finaliza-la apenas com a interpretação e análise de que o seu motor é a luta de classes deixa de lado a percepção de uma prática social tal qual a de desejar participar da vida pública. Ou seja, existe uma pretensão a mais. Ainda que esta seja em segundo plano. Exemplo, ir ao baile no vestido da baronesa.

O desejo de uma vida pública e elegante, não menos contrastante

Dizer que a alta sociedade brasileira – em meados do século XIX, econômica e socialmente, tendo o Rio de Janeiro se destacando entre a Bahia e Pernambuco -, civilizada e moderna só se consolidou enquanto tal depois que Dom João VI chegou com sua família e a corte aqui no Brasil em 1808 é reproduzir o entendimento de que o conceito de civilização vem dos moldes de seu lugar de origem, a Europa ocidental. No entanto, é importante saber e ou lembrar que o Brasil antes desse acontecimento, já se encontrava em uma mentalidade e uma vida cotidiana bem delimitada pelas suas experiências de colônia que misturava a realidade trazida dos portugueses que aqui iam chegando para executar o plano de povoamento e governo transformador de cunho econômico e político dos interesses da corte e, a realidade sociocultural que ia se moldando aqui no trópico.

Aos poucos o contorno de um cotidiano mais europeizado foi se tornando eloquente na medida em que as novas práticas civilizatórias iam moldando as necessidades da sociedade brasileira, criando seus novos mecanismos de existência social, fomentando suas ideias e percepções e fazendo parte de uma característica ou predicado da construção de uma possível identidade nacional. E foi nessa realidade que o Brasil se tornou cada vez mais civilizado e europeizado. Não obstante, à própria história da construção dessa identidade que logo mais com seu perfil monárquico, instituído pelas próprias necessidades políticas e econômicas, encontrou nas práticas sociais um dos meios de expandir o fomento da importância do social, do status público, e, para aquela sociedade, ser participante disto era tornar-se elegante.

Para a fomentação deste trabalho, vale enfatizar que esta vida social era exclusiva de oportunidades a uma grande parcela que também a formava, afinal sem esta, esse tal apreciado fomento cultural advindo da Europa não seria tão bem efetivado, logo, se tratando das questões necessárias à sua predominância – uma economia aos moldes europeus. A realidade é que para além do fomento da moda europeia aqui (do outro lado do Atlântico), esta se tornou mais uma prerrogativa da necessidade de mão de obra qualificada às mulheres escravas. A Baronesa precisava que seu vestido fosse cosido, com a linha e o tecido da mais alta qualidade, vindos da Europa.

O Rio de Janeiro representou um universo peculiar em matéria de convivência social, por ser uma grande cidade, nascida e desenvolvida como um importante porto internacional, dentro de uma generosa baía (capaz de acolher navios de todo tamanho), e ao mesmo tempo foi cenário do terrível espetáculo da escravidão urbana, que o Brasil manteve por muito tempo em uma proporção muito grande (ASSIS, 2016. p. 39).

Um quadro um tanto caótico e bastante questionador para a nova realidade instaurada no território luso-brasileiro que com o tempo estava a valorizar mais o que vinha de fora – alguém pronunciou a palavra França? – e a ridicularizar o que era de dentro. Assim, aquela realidade vigente lhes conferia promover uma heterogeneidade na postura e perspectiva aos que aqui viviam e que iam sendo influenciados a pensar como que os de fora.

E desde Abertura dos Portos, uma primeira consequência dessa gentil invasão se deu no campo da comunicação: multiplicaram-se cursos e aulas particulares na língua de Voltaire, no Rio de Janeiro. Os jornais anunciavam: “Professor de francês, no caminho do Catete”. Um colégio na rua do Sabão oferecia classes de francês a meninas de “nove anos para cima”. E os conhecimentos não eram só passados à clientela branca, mas se estendiam a “pardas, pretas e cativas” (PRIORE, 2016. p.265).

Acerca das festas imperiais, interessante perceber que na narrativa de Um Apólogo a baronesa depende de pré-requisitos para ir ao baile. Sim, ela depende do seu título da hierarquia da nobreza, e, ter escravos faz parte dos predicados que a torna nobre. Das análises de um trabalho como este que torna operante estar atento às percepções das relações e representações, para que a baronesa pudesse ir aos salões, “cenário onde a mulher aparece na plenitude de suas graças e poderes” (PINHO, 1959. p. 13), e, é na ausência de possuir os critérios de nobre que a costureira torna a sua relação indispensável à existência da baronesa. “Não sei se disse que isto se passava em casa de uma baronesa, que tinha a modista ao pé de si, para não andar atrás dela”.

Considerações finais

Quando li pela primeira vez *Um Apólogo* uma enxurrada de pensamentos e ideias vieram em minha mente, eu ainda estava a estudar a disciplina de Técnicas de Pesquisa Histórica, e, por acaso, eu tive de apresentar um seminário cujo trabalho era o de fazer conhecer a literatura fictícia ou a narrativa fictícia enquanto fonte histórica para a realização do trabalho historiográfico. A motivação era a de ter apreendido as ideias propostas por Machado no conto. Para além de uma simples narrativa em que sujeitos históricos aparecem na forma de sujeitos inanimados, eu queria perceber o quanto que o entendimento de Machado acerca da sua realidade dava-se a conhecer nos seus escritos, como e o quanto ele foi influenciado pela perspectiva da crítica presente nos movimentos da arte das belas letras de sua época. Atraído pelo realismo, Machado muito empregou sua realidade como ponto de partida para a reflexão das conjunturas de sua época, de suas vivências e experiências. Assim, tomo as lentes oitocentistas de Machado de Assis para conhecer e compreender o Brasil machadiano e oitocentista em paralelo com as demais narrativas sobre a História do Brasil do período.

Quando estava a ler *Salões e Damas do Segundo Reinado*, muito me deparei com uma certa indignação por parte do autor em esclarecer os motivos de destinar uma obra para a abordagem de suas inquietações quando inferiu que sua resposta para os rigoristas azedos de sua época é esta: “Mas que é a metade da vida, senão tudo isto? O passado não foi apenas sério ou trágico, guerreiro ou político, religioso, científico ou econômico, mas também alegre e... frívolo” (PINHO, 1959. p. 7).

Compartilho minhas inquietações neste trabalho por entender como Wanderley Pinho, no século passado, que são nos lugares tidos como mais frívolos para uma sociedade que almeja características de perfil político e, hoje globalizante, que encontro fontes para a realização de diversas perguntas a serem exploradas. No mais, deixo enfatizado que este trabalho tem como objetivo expor inquietações acerca do próprio fazer historiográfico e tal como um ensaio simples, indicar um aprofundamento sobre o assunto.

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de. **Um apólogo**. São Paulo: DCL, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo: Le Ya, 2016. Volume 2.

FISHER, Luís Augusto. Panorama do Rio de Janeiro: alguns elementos para compreender o mundo de Machado de Assis. In: **Dom Casmurro/ Machado de Assis**. Porto Alegre: L&PM, 2016. p. 27-43.

NARCISO, David Bruno. **Análise de O Apólogo de Machado de Assis**: Um teor crítico frente à sociedade que esse engenhoso artista/escritor, universalizou. [s.d]. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/256363440/Analise-de-O-Apolo-de-Machado-de-Assis-pdf>>. Acessado em 08.02.2019.

PESAVENTO, Sandra Jathy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINHO, Wanderley. **Salões e damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1959.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.